

## HOMENS DE PENA SOB A ESPADA: DOIS CASOS NO CONTEXTO IBÉRICO E NORTE-AFRICANO (SÉCULOS XIV E XV)

Daniel Augusto Arpelau Orta<sup>1</sup>  
Elaine Cristina Senko<sup>2</sup>

O estudo historiográfico assumiu várias vertentes interpretativas e metodológicas ao longo do século XX. Como apontam comentadores a respeito (REIS, 2000; BURKE, 2002), objetos e formas de abordar o tema histórico foram inseridos em um contexto intelectual que procurou rever maneiras de pesquisar o passado. E dentre as mudanças claramente perceptíveis, o emprego de documentação outrora não cotejada mostrou-se um componente plausível a renovação do olhar sobre as relações humanas em sociedade, em especial aos chamados “excluídos” ou “dominados”.

No entanto, com relação ao contexto medieval, como afirma Marcelo Cândido,

como tornar compatível a história política de sociedades, como as medievais, por exemplo, onde as fontes são fundamentalmente elitistas, com essa declaração de boas intenções que afirma o desejo de piedade pelos deserdados, de solidariedade com os fracos, de simpatia pelos esquecidos da História? (CÂNDIDO, 2003, p. 240).

Concordamos com a preocupação do debate historiográfico, e optamos analisar uma documentação classificada como “elitista”, mas não através de uma perspectiva do seu conteúdo descritivo ao contexto, corroborando opiniões. Analisamos criticamente os

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná, membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos/UFPR. Orientadora: Professora Doutora Fátima Regina Fernandes. E-mail: daniel.orta@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal do Paraná e bolsista PIBIC/CNPq, membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos/UFPR. Orientadora: Professora Doutora Marcella Lopes Guimarães. E-mail: elainesenko@hotmail.com.

elementos que nos informam sobre as intenções e usos de composição, através de comentários dos autores. Desta maneira, objetivamos perceber nuances que indicam opiniões dos autores, estas provavelmente não contidas propositalmente; e é este ponto que julgamos a contribuição analítica ao debate historiográfico contemporâneo, na linha interpretativa do historiador francês Bernard Guenée:

Na Idade Média, o historiador freqüentemente se oculta atrás de sua obra. Para compreender o que ele quis fazer, não há outro recurso senão analisá-la. Porém, com mais freqüência do que se poderia imaginar, o autor aparece na narrativa e, sobretudo, cuida de dizer, em um Prólogo, quais foram suas metas e métodos. Esses prólogos dos historiadores foram por muito tempo negligenciados. Via-se aí apenas um punhado de lugares-comuns, de que se podia até dispensar a leitura e a publicação. Na verdade, só o estudo atento dos prólogos permite perceber a que ponto a obra histórica era uma construção consciente. Graças a eles, vê-se bem melhor o que era a história para os historiadores e como a fizeram (GUENÉE, 2006, p. 525-526).

## A erudição da cultura letrada

A documentação que procuramos analisar historicamente se refere ao contexto medieval, em especial o circuito intelectual das cortes de reis e soberanos cristãos e muçulmanos na Península Ibérica e norte de África. Outra característica chave ao emprego da documentação selecionada refere-se ao embate que cristãos e muçulmanos travaram ao longo da Idade Média; o binômio guerra-fronteira foi constantemente alterado, produzindo uma cultura híbrida (ANDRADE FILHO, 1989). Os autores que analisamos estão inseridos no final da chamada *Reconquista cristã*, mas presenciam com muita intensidade o conflito bélico, produzindo opiniões de alteridade muito distintas, motivados por preceitos religiosos e políticos.

Entretanto, não se pode ignorar a localização peculiar dos autores que serão pesquisados, freqüentadores de espaços restritos e

privilegiados naquela configuração social tardo-medieval. Ainda outro elemento importante, que destaca os personagens selecionados, refere-se à qualidade de conhecedores e produtores de saberes, como a leitura e escrita. Poucos eram os que tinham acesso à cultura letrada, o que tornam Ibn Khaldun (1332-1406) e Gomes Eanes de Zurara (1405-1468) exemplos de exceção, que legaram informações sobre a sociedade em que viveram.

No contexto muçulmano, como aponta Albert Hourani, o modelo de *Casa da Cultura*, fundada pela dinastia fatímida no século XI no Cairo, configurava-se através de bibliotecas, muitas vezes anexas às mesquitas e *madrasas* (escolas), formando centros para a cópia de manuscritos (HOURANI, 2006, p. 268). Segundo Hourani, com o tempo os livros passaram a serem doados como *waqf* (dotações religiosas) e a produção dos livros era conduzida desta maneira:

Grande parte da produção dos que liam e escreviam livros pertencia ao que o estudioso moderno chamou de ‘literatura de referência’, dicionários, comentários sobre literatura, manuais de prática administrativa, sobretudo historiografia e geografia. Escrever história era uma característica de todas as sociedades muçulmanas letradas, e o que se escrevia parece ter sido amplamente lido. (...) Para uma parte do público leitor, eram de importância especial: para os soberanos e os que os serviam, a história oferecia não apenas um registro das glórias e feitos de uma dinastia, mas também uma coletânea de exemplos com os quais se podiam aprender lições de estadismo (HOURANI, 2006, p. 268).

A elite intelectual muçulmana desenvolvia aptidões por meio dos sábios e nas *madrasas*. É por meio dessa situação última que se encontra Ibn Khaldun e que o torna ponto essencial foi abranger na *Muqaddimah* e na *Autobiografia* uma especificidade na análise da história e do movimento sócio-político do Oriente, do Magreb Medieval e de *Al-Andaluz*.

Com referência ao recorte português, o ambiente de bibliotecas não se mostrava muito distinto do muçulmano. Lembramos apenas a grande relevância de mosteiros na produção e conservação de saberes, sendo os primeiros centros de difusão de

conhecimento da cristandade. Posteriormente as universidades também tornaram-se locais voltados para a reflexão filosófica e teológica, com a formação de estudiosos que punham em pena seus pensamentos a serviço de um objetivo, como lembra Jacques Verger:

Os conhecimentos que os homens de saber possuíam, de maneira mais ou menos aprofundada, tinham todos eles aplicações práticas. Tais aplicações geralmente não eram separáveis, na mentalidade daquele tempo, da noção de serviço. Com efeito, repugnava-se, então, não apenas a idéia de uma cultura desinteressada, mas também aquela de um saber cujo detentor utilizasse a seu modo e exclusivamente para seu próprio benefício pessoal (VERGER, 1999, p. 137).

Os estudos observam um gradual aumento do interesse de reis pelo estudo erudito, assumindo interesses ideológicos de legitimação de suas posições políticas. Muitos reis acabam solicitando obras que fornecessem argumentos sobre a constituição social, bem como a narração de acontecimentos de gerações passadas. Nas palavras de Susani França, ao contexto do reino português:

A presença de letrados na vida pública portuguesa dos séculos XIV e XV torna-se intensa e regular. Os bacharéis, os licenciados e sobretudo os doutores, leigos ou religiosos, surgem como peças indispensáveis numa sociedade onde o desejo de reordenar o passado e ordenar o presente através da escrita se generaliza. Os livros de registro, por exemplo, multiplicam-se a partir de meados do século XIV. Os conteúdos eram os mais variados, mas as compilações guardavam em comum a intenção de fazer diminuir ou cessar as constantes dúvidas e contrariedades que as matérias dispersas podiam gerar (FRANÇA, 2006, p. 24-25).

Assim, tanto Ibn Khaldun quanto Gomes Eanes de Zurara, apesar de terem opiniões divergentes sobre o contexto em que viveram, são personagens possíveis de serem analisados conjuntamente, pois em ambos as questões da escrita, saber e guerra estão presentes. Apesar dos autores não presenciarem e mesmo narrarem os mesmos acontecimentos, devido ao arco temporal, ambos partilham de uma memória coletiva, pertencente à *Reconquista* e ao confronto no norte de África. Como veremos a seguir, o papel de escritor tinha uma importância e valorização

condizente com as opiniões sobre a organização social; em alguns trechos que serão analisados, ambos se posicionam sobre as funções que exerciam e esperavam que os demais devessem seguir.

## **Quando a pena triunfa para calar a espada**

A *Autobiografia* do historiador Abu Zaid Abd’ul-Rahman Ibn Khaldun (1332-1406)<sup>3</sup>, nos leva a compreender as inspirações de um momento histórico na obra de um autor envolvido na produção intelectual no norte de África. No estilo de escrita desenvolvido por Khaldun está aparente a escolha de determinados fatos que corroboram para uma construção positiva de sua imagem frente às cortes muçulmanas que freqüentou.

O olhar de Ibn Khaldun na parte inicial de sua obra *Muqaddimah*<sup>4</sup> (da qual faz parte a *Autobiografia*) legitima a

---

<sup>3</sup> As datas aqui apresentadas referem-se ao calendário gregoriano.

<sup>4</sup> Em 1382, Ibn Khaldun em Túnis fez uma revisão da sua *Muqaddimah*, segundo o historiador Richard Max de Araújo, o erudito muçulmano deixou um manuscrito da obra ao sultão hafsid da Túnis, Abu'l-Abbas, logo depois quando Ibn Khaldun estava no Cairo enviou outra cópia do manuscrito para o sultão marínida de Fez, Abu Faris e em 1397 dedicou uma terceira cópia do manuscrito ao sultão mameluco Malik al-Zahir Barquq. As revisões feitas por Khaldun, de acordo com Araújo se realizaram até 1402 (manuscrito n. 1936 de Atif Efendi de Istambul). Araújo afirma que a primeira edição árabe da *Muqaddimah* foi impressa em 1857, em Bulaq (região próxima ao Cairo): “Fundada sobre manuscritos de Túnis (1382) e de Fez (1397), mas livremente corrigida pelo editor, e que se tornou a fonte das reedições orientais posteriores como a de Beirute, várias vezes reimpressa depois de 1880” (ARAÚJO, 2004, p. 32). Como a *Autobiografia de Ibn Khaldun* faz parte da *Muqaddimah* deve ter ocorrido o processo em ambas as obras. Araújo ressalta ainda que as edições árabes foram confeccionadas em um momento denominado em árabe de *Nahda* (renascimento) durante o século XVIII. E os orientalistas do XIX, infere Araújo, adotaram idéias de Ibn Khaldun em seus escritos (ARAÚJO, 2004, p. 32). A obra em análise nesse artigo pertence à tradução dos pesquisadores brasileiros José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury, transliteração direta dos manuscritos em língua árabe para a língua portuguesa, publicada nas décadas de 1950 a 1960. Essa versão da *Muqaddimah* possui uma divisão em três tombos, no primeiro se inclui a *Autobiografia de Ibn Khaldun*.

importância do historiador em seu tempo, pois relata seu próprio contato com documentos que preservam a memória. Aos historiadores, portanto, é indicada a função de se aprofundar nos vestígios remanescentes do passado:

Nesses tempos remotos, os cronistas destinavam seus escritos ao uso da família reinante. Os jovens príncipes empenhavam-se em conhecer a história de seus antepassados e seus feitos, para lhes trilharem os passos e se guiarem pelo seu exemplo; mas, sobretudo, sentiam a necessidade de saber como e onde escolher os personagens que deviam tomar os grandes encargos e de confiar a alta administração e outros empregos aos descendentes de antigos protegidos da casa real e seus servidores. (...) Os historiadores viam-se, pois, na necessidade de entrarem nestes detalhes pormenorizados. (KHALDUN, 1958, p. 76).

Através do relato cronológico intrínseco à *Autobiografia*, Khaldun expressa sua ligação com seus antepassados e certa independência para com eles, pois para nosso historiador é necessário cultivar ao longo de sua carreira de homem político e militar, oriunda da tradição de sua família, a pena em mãos. Essa idéia pode ser verificada seguindo os passos da carreira de Khaldun, que mesmo atrelado a sua atividade profissional, construiu por sua conta as bases de uma filosofia da história na *Muqaddimah* e ampliou em sua *Autobiografia* um campo para refletir sobre suas decisões. Dessa forma legou para a posteridade indícios de uma individualidade essencialmente marcada pelo ruído estridente das armas.

Ibn Khaldun nos descreve em sua narrativa histórica autobiográfica que era descendente de uma família de líderes políticos pertencentes à *Al-Andaluz* e, depois do avanço ferrenho dos cristãos por sobre esse território, em 1248, seus antepassados passaram a participar da corte da dinastia Hafside (1228-1574), no Magreb, inicialmente em Bona e em Túnis (Ifríkyá). A ação militar e política de seu avô, Abu Abd Allah Muhammad, e o amor pelo conhecimento desenvolvido por seu pai, Abu Baqr Muhammad, passaram a formar uma união íntima de homem político e erudito no cerne de Ibn Khaldun.

Quanto à recepção da educação de Khaldun, o próprio autor nos informa que seguiu os métodos tradicionais do ensino muçulmano durante um período político precário para a dinastia dos Hafssidas. Soma-se a isso uma contribuição de mestres andaluzes e magrebinos que despertaram nele uma vontade de abarcar todo um conhecimento<sup>5</sup> que perpassava pelo *Alcorão*, as *hadiths* (usos e costumes do Profeta), a jurisprudência *malikita*<sup>6</sup>, a poesia árabe andaluza, a gramática e posteriormente desenvolveu elementos constituintes da *falsafa*<sup>7</sup> (ROSENTHAL, 1981, p.VII).

Com a idade de vinte anos (1352), Khaldun ingressou no cargo de *escrivão da alama* do governo de Túnis e depois se tornou secretário do sultão Abu Inan em Fez, onde entrou em contato com os sábios da dinastia Marínida (1196-1465).

O sucessor de Abu Inan, Abu Salem, nomeou Ibn Khaldun como secretário de governo marínida, *chefe de chancelaria* e de *madhalim* (aquele que repara as injustiças). Khaldun nesse momento de sua *Autobiografia* nos relata as instabilidades da política da dinastia Marínida e seu retorno para Túnis em 1362. Essa mudança permite Khaldun realizar uma missão na qual era necessária a ratificação de um tratado de paz entre o sultão Ibn Al-Ahmar (Muhammad V) e Pedro, o Cruel (rei de Castela e Leão) em 1363. Depois dessa “troca de olhares” entre o rei Pedro, o Cruel e Ibn Khaldun, este afirma em sua *Autobiografia* que da Península Ibérica passou para Bujaya, local esse em que se tornaria o pregador da grande mesquita.

O momento político do Magreb é intensamente descrito nesse ponto da leitura da *Autobiografia*, pois que os Hafssidas se

<sup>5</sup> Na época de Ibn Khaldun as lições por ele aprendidas faziam parte de um rol obrigatório das disciplinas ofertadas pelas madrasas (escolas), no caso do referido historiador, por meio de mestres andaluzes e magrebinos.

<sup>6</sup> Uma das quatro escolas do mundo muçulmano privilegiava o uso dos ditos proféticos ao contrário da escola hanafita que buscava a interpretação das leis conforme a opinião pessoal.

<sup>7</sup> A filosofia produzida entre os árabes no medievo, por meio do resgate dos escritos, entre outros, de Aristóteles.

embatem com os Marínidas através da metade do século XIV. Isso corrobora na descrição de Khaldun, em que ele se viu prejudicado por esses conflitos, pois era lhe necessário granjear favorecimentos dos poderosos para ter em mãos a estabilidade, a base para seus estudos. Por exemplo, quando estava isolado entre as tribos da região procurou uma delas que lhe favorecesse (nesse caso encontrado em Aulad Arif) para colocar por escrito a maior parte da sua *Autobiografia* e produzir sua obra prima *Muqaddimah*.

Em 1378, a pedido do sultão do Magreb, Abu'l Abbas, Khaldun foi para Túnis e por meio de sua *Autobiografia* nos informa:

Como ele (o referido sultão) procurava sempre adquirir novos conhecimentos nas ciências e na história, tinha-me encarregado de trabalhar no remate de minha obra: por isso, logo que terminei a História dos Berberes e dos Zanata, e acabei de consignar por escrito todas as informações que pude colher sobre as duas dinastias (dos Omaiyas e dos Abássidas), assim como sobre os tempos ante-islâmicos, fiz uma cópia para sua biblioteca (KHALDUN, 1958, p.536).

No caminho de realizar sua peregrinação à Meca, Khaldun foi convidado a integrar a corte do sultão do Egito, Malik Al-Daher. Quando instalado no Cairo promove na sua *Autobiografia* uma exaltação a essa cidade por sua grandeza permeada de cultura e história. Khaldun realizou carreira no Cairo como: professor de jurisprudência malikita da Mesquita de Al-Azhar, ocupou cadeira no Colégio d'Alcamha e em 1384 tornou-se Grande Cádi do Rito Malikita do Cairo.

O sacrifício de Ibn Khaldun ao emprego das armas e da convivência política serviu de mola propulsora para que ele mantivesse uma incessante conquista por meio da ação de sua pena. A leitura da *Autobiografia de Ibn Khaldun* é legitimadora de sua posição como homem público pertencente às cortes, por onde exerceu funções ao lado de diversos sultões em seus comandos e desmandos políticos. O sucesso que atinge como diplomata e cortesão está dito de forma impregnada por toda a *Autobiografia*. Esse interesse pela erudição talvez se deva a uma autonomia de seu caráter, principalmente quando tenta se afastar da maneira que sua

família vinha se conduzindo ao lado do poder. No entanto se utilizou dessa tradição, pois não conseguiu sobreviver ao lado do poder sem ela e a manteve para fornecer o apoio necessário para os seus estudos. Assim, Khaldun procurou sempre estar ligado a governos que passam pela fase de tranqüilidade, nos quais ele poderia encontrar o momento em que o cargo da pena triunfa.

A *Autobiografia de Ibn Khaldun* pertence à forma privada, o objetivo do historiador foi revelar por meio da escrita do eu sua realidade como um homem de seu tempo. Esse resgate da memória produz também a própria História (RODRIGUES, 2004, p. 1693). Khaldun se coloca no centro do ato discursivo para configurar uma identidade própria: um erudito que possui influências políticas, culturais, econômicas e sociais próprias do “ombreamento” entre a Península Ibérica e o norte de África durante os séculos XIV e XV. A essa *Autobiografia* não se confunde a retórica do privado com o específico confessional, modelo esse que conhecemos pela produção na Europa desde o século XIII. As idéias originais de Ibn Khaldun pertencem a uma escrita criada em âmbito do poder dos muçulmanos e realizada em momento de solidão do autor que objetivava uma legitimação particular como homem que se defende por sua pena, num mundo efetivo da violência inerente dos homens da guerra.

## **Quando a pena esteve a serviço da espada**

No conteúdo dos textos de Gomes Eanes de Zurara<sup>8</sup>, os assuntos privilegiados são as ações dos portugueses que foram até o

<sup>8</sup> As crônicas utilizadas nesta pesquisa encontram-se em forma de livros, sem ilustrações e divididos em forma de capítulos. Para a *Crónica da tomada de Ceuta*, segue-se a versão organizada por Reis Brasil, com algumas modificações ortográficas e notas, publicada pela editora Europa-América em 1992. Não temos a informação exata, mas tudo indica que segue a edição de 1915 da Academia de Ciências de Lisboa, sob código nº. 368 e 365 do Arquivo Nacional Torre do Tombo. A paginação das referências segue esta edição. A edição da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* utilizada é a de Maria Teresa Brocardo, publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian em 1997, seguindo o manuscrito nº. 439 da

noroeste africano e lutaram contra os muçulmanos que ali residiam. Nota-se uma ênfase nas descrições de nobres, na maneira como buscaram dominar a região, configurando o espaço em fronteira de expansão tanto geográfica como política.

Com relação à definição do seu ofício como cronista, podemos perceber que apenas na terceira obra escrita, ou seja, a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, ele procura explicar no início de seu texto o que se propõe a fazer. As anteriores, o conteúdo é mais descriptivo, mas na crônica do primeiro governador de Ceuta percebemos o que ele entende pelo ofício de cronista régio, o que significa uma crônica. Vejamos:

Porque a principall parte do meu emcarreguo he daar comta e rrazão das cousas que passã nos tempos de minha hydade ou daquellas que passarão [passaram] tam aacerca de que eu posso aver verdadeiro conhecimento - ca, segumdo os amtigos escreverão este nome, s. cronica, primcipallmemte ouve o seu origẽ e fumdamemto de Saturno, que quer dezer 'tempo', [...] e dhy se deriva cronica, que quer dezer 'estoria em que se escrevẽ os feitos temporais' [...] por ē he minha ētemçõ, com ajuda da Samta Trimdade, escrever ē este vallume os feitos que se fezerão na çidade de Çepa depois que primeiramemte foy tomada aos mouros por aquelle magnanimo primçipe ell rrey dom Johão (ZURARA, 1997, p. 173).

Percebe-se que Zurara identifica a crônica como um gênero histórico, *história dos feitos temporais*, recorrendo ao processo etimológico, e que o seu objetivo era justamente compor os dados passados na localidade de Ceuta após a volta do rei Dom João I para o reino, isto é, após 1415; Ceuta sob o governo de Pedro de Meneses, e por isso o título personalista. O título completo da crônica, *Coronica do conde dom Pedro continuada aa tomada de Çepa, a quall mandou ell rey dom Afonso, quinto deste nome e dos rreis de*

---

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A paginação das referências segue esta edição. E por fim, a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* consultada foi a edição diplomática de Larry King, publicada em 1978 pela Universidade Nova de Lisboa, seguindo o manuscrito nº. 520 do Arquivo Nacional Torre do Tombo. A paginação das referências segue esta edição.

*Portugall duodecimo, escrever,* mostra, a princípio, que foi apenas o rei Dom Afonso V que pediu a redação.

Se voltarmos para a primeira crônica escrita por Zurara, a *Crónica da tomada de Ceuta*, vamos perceber uma ênfase aos feitos realizados pelo rei durante a tomada em 1415:

O tempo e grandeza das obras nos constrangem fortemente que escrevamos, nos seguintes capítulos, a gloriosa fama da mui notável empresa tomada por este virtuoso e nunca vencido Príncipe, senhor Rei Dom João, que seu propósito determinou forçosamente por armas conquistar uma tão nobre e tão grande cidade como é Ceuta. No qual feito considerando, podemos esguardar quatro cousas, s. grande amor da Fé, grandeza de coração, maravilhosa ordenança, e proveitosa vitória, a qual foi maravilhoso preço de seu grande trabalho (ZURARA, 1992, p. 41).

Até aqui, observamos que a estrutura de definição cronística seguia uma configuração até certo ponto padrão, pois o livro era encomendado, e tinha-se por objetivo relatar os fatos do tempo passado à luz da verdade do cronista.

Apesar do próprio cronista expressar os seus objetivos, mostrando como era um pedido do rei, temos acesso a carta do rei Dom Afonso V que encontramos anexada à *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. No seguinte trecho, que encabeça a epístola, percebemos como Zurara estava em África para coletar dados sobre os nobres, e como o rei Afonso V faz a solicitação:

Do Jnictissembo Rey dom Afonso ho quinto de perpetua memoria, pera Gomez Eanes de Zurara seu coronista, estando por seu mandado em Alcacer Ceger ordenando e ajuntando os grandes seruicos que a ele e aa sua coroa real tinha feytos o valeroso e eccelelente capitaõ e muyto Jlustre conde dom Duarte de Meneses, pera a coronica e historya que delles lhe mandaua fazer. A qual lhe Elrey escreuei por sua mão (ZURARA, 1978, p. 41).

Somente nesta crônica, a última registrada por Zurara, o cronista vai até África para coletar dados sobre os acontecimentos das pessoas que moravam por lá. E mais a frente na carta, percebemos um depoimento de Dom Afonso V que é essencial para o entendimento do papel destas crônicas na sociedade portuguesa, em

especial na relação régio-nobiliárquica. Aqui podemos perceber tanto o papel de Zurara, em seu ofício de cronista, como do rei, que tem um objetivo ao requerer a redação:

Muytos certo vos saõ obrigados porque ajnda que os feytos de cepta sejaõ asaz de resentes depoys que eu vi a coronica que vos delles escreuestes: a muytos fiz onrra e merce com melhor vontade por ser certoalguns boons feytos que la fizeraõ por seruiço de Deos e dos Reys meus antecessores e meus, e a outros por serem filhos daquelleas que laa assim bem seruiam do que eu naõ era antes entaõ comprido conhecimento, e creo que naõ menos sera aos que depoys de min [sic] vierem quando virem ho que aueys descreuer dos feytos de Alcacer, e se alguns merecem glorya por yrem a esta terra por seruirem a Deos e a mim e fazerem de suas onrras: vos asaz soys de louuar que com desejo descreuer a uerdade do que eles fizeraõ vos desposestes a leuar o trabalho que eles soportaraõ (ZURARA, 1978, p. 42). (Grifo nosso).

O rei cita explicitamente que após a leitura de uma crônica, provavelmente a *Crónica da tomada de Ceuta*, ele pôde recompensar os nobres e/ou seus descendentes que lutaram em nome da monarquia e do cristianismo, enfatizando o tom prestativo e de referência aos acontecimentos passados que o documento servia. Analisando a Crónica da tomada de Ceuta, encontrarmos um trecho onde Zurara afirma os motivos do rei para qual foi encarregado, corroborando a idéia de referência ao rei para os merecimentos dos nobres portugueses:

Fazendo conclusão de todos os aquecimentos do Infante Dom Henrique, nos quais foi a força de todas as cousas, que se em aquele dia dizeram que notar sejam. Nem presuma algum que eu não pus tamanha diligênciā em requerer e buscar todos os aquecimentos dos outros senhores. E não ainda daqueles principais, mas de qualquer outro do povo, escrevera seu feito, se o achava em merecimento, ou o pudera saber por qualquer guisa conhecendo bem que a vontade de el-Rei [Afonso V] meu senhor é perfeitamente saber todos os merecimentos de seus naturais para honrar a memória dos mortos, e remunerar aos vivos por os trabalhos de seus padres ou deles mesmos (ZURARA, 1992, p. 248). (Grifo nosso).

Apesar de Zurara fazer um elogio aberto ao infante Dom Henrique, ele também mostra preocupação com os demais

portugueses que lá lutaram, em especial os nobres. A preocupação do cronista com os demais membros do corpo político lusitano aparece juntamente com o conhecimento de que o rei, que neste caso não é Dom João I, mas sim Afonso V, preocupa-se em saber quais portugueses foram lutar, e caso estivessem mortos, as devidas homenagens seriam prestadas, sendo que alguns familiares poderiam se beneficiar; e se estivessem vivos, poderiam comprovar mais efetivamente o seu papel, reconhecendo os merecimentos correspondentes, enfim, reforçando sua posição ou comprovando ações ao centro da coroa portuguesa.

Sobre os meios de escrever a crônica, principalmente a última de Zurara, temos que o autor procurou mais os relatos dos portugueses no noroeste africano do que as informações do arquivo régio. Preocupado em nem omitir nem extrapolar dados de pessoas, Zurara nos informa que o procedimento de interrogar os portugueses poderia trazer problemas, pois os depoimentos poderiam ser mais tendenciosos do que se esperava. Talvez na escrita da sua primeira crônica, contando com dados do infante Dom Henrique, ele tenha conseguido captar os dados que lhe interessavam; mas aqui parece que a fórmula estava conhecida, isto é, o fato de escrever os feitos visando o merecimento do rei poderia ser tanto um meio de ascensão como de declínio, visto que algumas ações seriam eternizadas na escrita. Os depoimentos poderiam tanto informar como omitir ações.

Aqui podemos perceber como os nobres procuravam interferir de forma incisiva na escrita do cronista, e não apenas no critério de encomenda da redação. Não acreditamos que Zurara estivesse pensando em neutralidade, conceito provavelmente anacrônico. Mas o cronista estava baseado no que entendia por verdade, e por isso o cuidado de nem captar menos ou mais as memórias; o seu critério era o que mais se aproximava do que aconteceu, para assim de forma justa as ações de retribuição serem devidas.

Existe basicamente dois elementos constitutivos nos textos cronísticos: o descriptivo e prescritivo. O elemento descriptivo é o mais característico, até porque marca exatamente a tipologia dos escritos

cronísticos, de narrar acontecimentos em ordem cronológica. O tom prescritivo apresenta-se em conduta, expectativa de atuação. No caso estudado, o segundo elemento apresenta-se enquanto ação de nobres que atuaram em nome de Deus, contra o muçulmano, e que alcançaram o estado de prestígio e privilégio por agirem desta forma. Relatar esses portugueses seria uma forma de demonstrar e afirmar como deveria ser um português ideal, apoiador do rei e convicto de sua participação na condução do corpo político, sobressaído por combater o muçulmano.

A visão sobre o muçulmano está presente em vários momentos do texto de Zurara, onde as justificativas de guerra eram baseadas no serviço da Fé. Os argumentos eram motivadores e compensatórios, como a salvação da alma, a crença na ajuda divina no momento de confronto, enfim, em convicções de superioridade cristã frente ao *mouro*, infiel:

[...] que não somente aqueles que são contra a Fé são dignos de morte, mas ainda os que o consentem não lho contrariando com todas suas forças. Pela qual cousa parece aqueles que se tem por católico e verdadeiro cristão, e com toda sua força não se dispõe a defender a sua santa Fé, não é verdadeiro cavaleiro, nem membro de Jesus Cristo, nem tem parte alguma com Ele, e que é pior que cada um daqueles infieis. [...] Cá Deus todo poderoso sabe que, se algum de vós outros morrer, que morre pela verdade da Fé e salvação da Sua Lei. Pelo qual Ele mesmo lhe dará o celestial galardão. [...] Ora honrados senhores, el-Rei nosso senhor vos faz a saber, como por todas as razões suso ditas sua intenção é com a Graça do Senhor Deus ir sobre a cidade de Ceuta, e trabalhar quanto ele puder, por tomar à Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo (ZURARA, 1992, p. 181-182).

Podemos perceber que alguns argumentos da *Reconquista* cristã foram retomados. No entanto, não estamos sugerindo que eles eram um expediente, uma forma alheia que no momento adequado eram evocados. Pelo contrário, admitimo-los enquanto estruturas de pensamento, que obviamente, tiveram suas alterações no espaço e no tempo. Luís Filipe Thomaz bem sugere isto neste trecho:

Esquece-se, sobretudo, que o confronto que desde o século VII se dá no Mediterrâneo não é meramente o choque entre duas religiões, mas a

rivalidade entre dois blocos políticos, culturais e econômicos, organizados cada um em torno de seu credo. E é inegável que é esse credo o fecho de abóbada da sua solidariedade intrínseca. Lutar pela religião não é, pois, lutar por algo de ideal e exterior à sociedade, mas pelo elemento central da sua própria individualidade cultural – logo, pela sua subsistência como entidade coletiva. Esse espírito de cruzada tinha mais que em qualquer outra parte hipóteses de manter a vitalidade na Península – onde esta ainda incompleta a Reconquista, cuja imagem era na consciência nacional [sic] dos estados dela originados elemento relevante (THOMAZ, 1994, p. 11).

E em um trecho, revelador do sentimento de escrita e do seu significado, Gomes Eanes de Zurara aponta para o papel de reconhecimento da crônica como objeto de memória e, portanto, de importância para os membros interessados em perpetuarem suas ações em forma escrita. Gomes Eanes de Zurara, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da escrita como forma de eternizar os feitos, sugere a ação, o empenho em defender os ideais nobres. Contra um esquecimento de acontecimentos, o que poderia levar a uma desmotivação, o cronista evoca a atuação, pois se ela fosse efetivada, seria ofício dos cronistas por em letras as honras. O exemplo de César sinaliza para o conhecimento ou documentação de ações que posteriormente não seriam visíveis, ou destruídas. Transpondo aos atos de guerra ou gestos de cavalaria, eles seriam importantes, sendo que sua escrita comprovaria a existência.

Se retomarmos a tríade de honra, proveito e glória, aqui poderemos compreender um pouco desta dinâmica de escrita. A noção de proveito parece ser a mais básica, pois considera a pilhagem, ou ainda, o aproveitamento material dos feitos. O conceito de honra, que o frei João Xira exemplifica em Ceuta, aproxima as idéias de merecimento e privilégio, sendo a *glória na terra*. E a glória, que poderia ser misturada a noção de honra, significa a eternização dos feitos, o que as crônicas procuravam fazer, já que eram o local da História, e possuíam o estatuto de destacar os grupos sociais. E eternizar acontecimentos significava o oposto do esquecimento, o que contribuía para a consolidação de práticas, pois a História serviria para conservar e não alterar os rumos do reino.

Desta forma, *a nobreza dos homens* não seria destruída, pois os cronistas transferiam o estatuto temporal dos eventos, passando os acontecimentos, ou ainda, os dados pesquisados, em escrita cronicística. Sendo a crônica o lugar privilegiado da História, a inserção dos homens nestes textos não apenas significava sua heroicização, mas a possibilidade de outros de sua linhagem adquirir benefícios, e terem um exemplo a seguir. Enfim, as crônicas assumiam o papel de inserir condutas em situações reais, prescrevendo atuações em nome da honra e glória, e mostrando como aquelas condutas poderiam ser realizadas, confirmando aquele pensamento militar e religioso.

O rei Dom Afonso V solicitava a escrita de tais crônicas, e diante dos textos compilados por Zurara, o rei retribuía os feitos dos portugueses, como vimos na carta anexada da *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* e na *Crónica da tomada de Ceuta*. Desta forma, o rei também desenvolvia um mecanismo que poderia gerar uma atuação por parte das pessoas que estariam no momento de solicitação, isto é, o fato do monarca retribuir ações em forma de privilégios e distinções por ler os feitos nas crônicas, e de o cronista afirmar que estes feitos deveriam ser realizados, pois era compromisso dele preservar em forma de texto, poderia desenvolver um potencial de ação, já que esta ação seria incluída em crônica, entrando na relação de poder e, consequentemente, nos merecimentos que os portugueses poderiam aspirar com tal aproximação da casa régia. Enfim, um mecanismo que sem dúvida passava prioritariamente pela ação, mas que ganhava uma possibilidade de aproximação pela escrita, haja vista o interesse em conhecer e recuperar acontecimentos passados, não apenas pelo monarca, mas pelos nobres. Lembremos a preocupação que os habitantes de Ceuta tinham para passar a Zurara, sendo que este percebeu que alguns procuravam omitir ou extrapolar informações. Esta preocupação se justificava diante da possibilidade de materialização dos relatos, que seriam eternizados em prosa através das crônicas.

## Quando a espada e a pena cessam

Nesse ensaio encontramos duas culturas intelectuais próprias, mas intrinsecamente ligadas ao contexto do pensar na Península Ibérica e em Norte de África. A busca nos surpreende em entender pela alteridade os elementos que constituíam o mundo ibérico/magrebino. As balizas que procuramos inferir ao longo desse nosso estudo foram exemplificadoras por certo, mas de grande valia para conectar o diálogo entre nossas fontes.

Entretanto, mesmo de lados opostos quando existiam os conflitos entre essas duas correntes religiosas, que no medievo ultrapassavam o mero senso espiritual, podemos observar através da *ação da pena* desses dois pensadores medievais o delicado serviço de colocar por escrito o mundo em que viviam. As escolhas das palavras postas por Zurara e Khaldun revelam o intenso contacto entre cristãos e muçulmanos no plano de guerra. Resultou disso, um esforço em tentar se aproximar de ambas as culturas, para estabelecer relações entre a vida desses homens e suas produções intelectuais. Essa confluência do espaço geográfico foi uma das linhas exploradas e permitiu nossa visualização territorial do tempo referido e as permanências das questões de *Reconquista* em Norte de África, colocando em pauta a questão da fronteira política, cultural e geográfica.

O caminho em estudo permitiu nos colocarmos ao *lado da guerra* através do instrumento fundamental: o pensar dos homens submetido à prova do tempo e da impressão das palavras. A *Autobiografia de Ibn Khaldun* expressa, portanto, a sua luta pela escolha do pensamento e reclusão, frente aos papéis sócio-políticos condicionados pelos ambientes nos quais freqüentou. Analisando documentos com declarações das suas funções e atitudes públicas e pessoais, percebemos uma sobreposição de ações que talvez não fossem conflitantes, mas hierarquicamente preferenciais ao

muçulmano em questão: a valorização do pensamento e escrita e não tanto empunhar a espada.

Caso diverso de Zurara, personagem do qual não temos informações autobiográficas explícitas, mas de suas crônicas podemos observar uma valorização da guerra, forma de prestígio no círculo de atuação política portuguesa. Escrevendo crônicas aos pedidos régios, Zurara colhia informações que compunham um panorama de continuidade das práticas de luta do cristão contra o muçulmano na África. Quase em movimento contrário a Khaldun, a importância da escrita para Zurara estava atrelada ao combate pela fé cristã, pela lealdade régia, que seria compensada através de alianças e benefícios materiais e simbólicos. Em suma, Khaldun procura a reflexão intelectual para extrapolar a guerra; Zurara faz da guerra seu móvel intelectual. Um muçulmano e um cristão, objetivos opostos numa sociedade conflitante.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. *Os muçulmanos na Península Ibérica*. São Paulo: Contexto, 1989.
- ARAÚJO, Richard Max de. *Ibn Haldun: o estudo de seu método à luz da idéia de decadência nos Estados do Ocidente muçulmano medieval*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2004.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- DUBY, George; ARIES, Philippe (dir.). A emergência do indivíduo. In: *História da Vida Privada*, Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 502-573.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Os reinos dos cronistas medievais (Século XV)*. São Paulo: Annablume; Brasília: Capes, 2006.
- GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.). *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Bauru: Edusc, 2006. v. I. p. 523-536.

- GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV)*: o espelho do rei. (Tese de Doutorado). UFPR, Curitiba, 2004. 275 f.
- HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KHALDUN, Ibn. Autobiografia de Ibn Khaldun. In: *Muqaddimah – Os prolegómenos* (tomo I). Tradução integral e direta do árabe de José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury. São Paulo, s.l. 1958.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales*. A inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RODRIGUES, Maria Aparecida. Autobiografias: as formas de escrita do eu. *Fragmentos de Cultura*. Goiânia, 2004. Vol 14, nº 09, p. 1693-1717.
- ROSENTHAL, Franz. *The Muqaddimah – An Introduction to History*. DAWOOD, N.J. (Ed.) New Jersey: Princeton, 1981.
- SANTOS, João Marinho dos. A expansão pela espada e pela cruz. In: NOVAES, Adauto (org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 145-162.
- THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.
- VERGER, Jacques. *Homens e saber na Idade Média*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da tomada de Ceuta*. (Edição de Reis Brasil). Lisboa: Europa-América, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses*. (Edição diplomática de Larry King). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. (Edição e estudo de Maria Teresa Brocado). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.